PMEPC 2012

Município de Santa Maria da Feira

Outubro de 2012

Versão Preliminar

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Promovido Por:

Financiado por:

Elaborado por:

Ficha Técnica

Realização

Município, E.M., S.A.®

Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II,
Nº 11, 3º B, Taguspark
2740–120 PORTO SALVO – Portugal
Email: info@municipia.pt
Telefone: (+351) 214 228 200
Fax: (+351) 214 228 205

santa maria da feira câmara municipal

Câmara Municipal de Santa Maria da Feira
Praça da República, 135
4524–909 SANTA MARIA DA FEIRA – Portugal
santamariadafeira@cm-feira.pt
Telefone: (+351) 256 370 800
Fax: (+351) 256 370 801

Promovido Por:

Associação de Municípios das Terras de Santa Maria

Financiado por:

ON.2 O Novo Norte – Programa Operacional Regional do Norte

QREN Quadro de Referência Estratégico Nacional

União Europeia – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Associação de Municípios das Terras de Santa Maria	
Direção do Projeto	Santos Costa
Equipa Técnica	Elvira Santos

Câmara Municipal	
Presidente	Alfredo de Oliveira Henriques
Vereador da Proteção Civil	Emídio Ferreira dos Santos Sousa
Equipa Técnica	Adriana Teixeira

Municípia, E.M., S.A.	
Coordenação e Direção do Projeto	Nelson Mileu
Gestão do Projeto	Frederico Antunes
Equipa Técnica	Miguel Bana e Costa
	Hélder Murcha
	Ana Ribeiro
	Teresa Zuna
Coordenação da Equipa de Avaliação de Riscos	Alberto Gomes
Caracterização do território e Avaliação de riscos	Laura Soares
	Carlos Delgado
	Hugo Teixeira
	Inês Marafuz

Índice

PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO 13

1. Introdução 14
2. Âmbito de aplicação 14
3. Objetivos gerais 16
4. Enquadramento Legal 16
5. Antecedentes do Processo de Planeamento 17
6. Articulação com instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território 17
   - *6.1. PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território 18*
   - *6.2. Planos Setoriais 21*
     - 6.2.1. PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga 21
     - 6.2.2. Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Vouga 23
     - 6.2.3. Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Douro 25
   - *6.3. PEOT – Planos Especiais 28*
     - 6.3.1. POAAP – Plano de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas – Albufeira de Crestuma-Lever 28
     - 6.3.2. PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 29
   - *6.4. PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território 30*
     - 6.4.1. PDM – Plano Diretor Municipal 30
     - 6.4.2. PU – Planos de Urbanização 31
7. Ativação do Plano 32
   - *7.1. Competência para a ativação do Plano 32*
   - *7.2. Critérios para a ativação do Plano 33*
8. Programa de Exercícios 37

PARTE II – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA 38

1. Conceito de Atuação 39
   - *1.1. Sistema de Gestão de Operações 41*
     - 1.1.1. Funções na estrutura da organização: 43
2. Execução do Plano 48
   - *2.1. Fase de emergência 49*
   - *2.2. Fase de reabilitação 54*
3. Articulação e atuação de agentes, organismos e entidades 58
   - *3.1. Missão dos agentes de Proteção Civil 58*
     - 3.1.1. Fase de emergência 58
     - 3.1.2. Fase de reabilitação 61
   - *3.2. Missão dos organismos e entidades de apoio 63*
     - 3.2.1. Fase de emergência 63
     - 3.2.2. Fase de reabilitação 71

PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO 79

1. Administração de meios e recursos 80
2. Logística 82
   - *2.1. Apoio Logístico às Forças de Intervenção 83*
   - *2.2. Apoio Logístico às populações 84*
3. Comunicações 87
   - *3.1. Rede Operacional de Bombeiros (ROB) 87*
   - *3.2. Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC) 89*
   - *3.3. SIRESP 89*
   - *3.4. Organização das comunicações 89*
   - *3.5. Organização interna das comunicações do município 91*
4. Gestão da informação 91
   - *4.1. Gestão da Informação às entidades e agentes envolvidos nas ações de socorro 93*
   - *4.2. Gestão da Informação a entidades públicas e privadas que colaboram com as ações de socorro e reabilitação; 95*

4.3. Gestão da Informação Pública: *95*
5. PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO 97
6. MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA 100
7. SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS 102
8. SOCORRO E SALVAMENTO 104
9. SERVIÇOS MORTUÁRIOS 106
10. PROTOCOLOS 109

PARTE IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR 110

SECÇÃO I 111

1. ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTEÇÃO CIVIL EM PORTUGAL 111
1.1. Estrutura de Proteção Civil 112
1.1.1. Direção Política 113
1.1.2. Coordenação Política 114
1.1.3. Órgãos de Execução 115
1.2. Estrutura das Operações 116
1.2.1. Comando Operacional 117
1.2.2. Coordenação Institucional 118
2. MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTEÇÃO CIVIL 119
2.1. Composição, convocação e competências da comissão de Proteção Civil 119
2.2. Critérios e âmbito para a declaração das situações de alerta, contingência ou calamidade 120
2.2.1. Situação de Alerta 121
2.2.2. Situação de Contingência 122
2.2.3. Situação de Calamidade 122
2.3. Sistema de monitorização, alerta e aviso 124
2.3.1. Monitorização 125
2.3.2. Alerta 129
2.3.3. Aviso 129

SECÇÃO II 131

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL 131
2. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA 132
2.1. Condições climáticas 132
2.2. Orografia 135
2.3. Declives 137
2.4. Exposição de vertentes 139
2.5. Hidrografia 142
2.6. Ocupação do solo 144
2.7. Geologia 150
3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA 154
3.1. Dinâmica demográfica e distribuição da população 155
3.2. Dinâmica económica 163
3.3. Caracterização do parque habitacional 166
3.3.1. Alojamento e núcleos familiares 166
3.3.2. Dimensão do parque habitacional e época de construção 166
4. CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS 168
4.1. Rede rodoviária 168
4.2. Povoamento/Edificado 169
4.3. Rede de abastecimento de água 170
4.4. Rede de saneamento 172
4.5. Rede elétrica 174
4.6. Rede de gás 175
4.7. Pontos de distribuição de combustíveis 176
4.8. Equipamentos de utilização coletiva 178
4.8.1. Equipamentos sociais, culturais e religiosos 178
4.8.2. Equipamentos educativos e desportivos 180
4.8.3. Instalações dos agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio 183

4.9. Zonas Industriais 184
5. CARACTERIZAÇÃO DO RISCO 186
5.1. Identificação do Risco 191
5.1.1. Ondas de Calor 191
5.1.2. Vagas de Frio 198
5.1.3. Secas 205
5.1.4. Cheias e inundações 210
5.1.5. Sismos 213
5.1.6. Movimentos de massa em vertentes 217
5.1.7. Acidentes no transporte de substâncias perigosas 222
5.1.8. Colapso de estruturas 232
5.1.8.1. Edifícios 233
5.1.8.2. Túneis, pontes e viadutos 238
5.1.9. Acidentes em estabelecimentos industriais perigosos 240
5.1.10. Incêndios urbanos e industriais 249
5.1.11. Incêndios florestais 281
5.1.12. Contaminação de aquíferos 290
5.1.13. Degradação dos solos 293
5.2. Análise do Risco 299
5.2.1. Ondas de calor 301
5.2.2. Vagas de frio 302
5.2.3. Secas 302
5.2.4. Cheias e inundações 302
5.2.5. Sismos 305
5.2.6. Movimentos de massa em vertentes 305
5.2.7. Acidentes no transporte de substâncias perigosas 306
5.2.8. Colapso de estruturas 309
5.2.9. Acidentes em estabelecimentos industriais perigosos 309
5.2.10. Incêndios urbanos e industriais 315
5.2.11. Incêndios florestais 317
5.2.12. Contaminação de aquíferos 318
5.2.13. Degradação dos solos 319
5.3. Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco 319
5.3.1. Instrumentos que concorrem para a mitigação dos riscos 319
5.3.2. Legislação específica para a mitigação dos riscos 320
5.3.3. Projetos ou programas integrados destinados a mitigar os riscos 320
5.3.4. Planos de Ordenamento do Território 323
6. CENÁRIOS 324
6.1. Cenário de Incêndio Urbano e Industrial 324
6.2. Acidentes no Transportes de Mercadorias Perigosas 336
6.3. Cenário Hipotético de Incêndio Florestal 350
7. CARTOGRAFIA (EM ANEXO) 361

SECÇÃO III 362

1. INVENTÁRIO DE RECURSOS E MEIOS 362
2. LISTA DE CONTACTOS 383
3. MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES 445
4. MODELOS DE COMUNICADOS 445
5. LISTA DE ACTUALIZAÇÕES DO PLANO 445
6. LISTA DE EXERCÍCIOS DO PLANO 446
7. LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO 446
8. LEGISLAÇÃO 446
9. BIBLIOGRAFIA 450
10. GLOSSÁRIO 458

Índice de Esquemas

Esquema 1 – Organograma Operacional....48
Esquema 2 – Áreas de intervenção – Vertente Logística....83
Esquema 3 – Processo logístico de apoio às Forças de Intervenção....84
Esquema 4 – Esquema Logístico de apoio às populações....85
Esquema 5 – ROB no Teatro de Operações....88
Esquema 6 – Organograma das comunicações....90
Esquema 7 – Organização interna das comunicações do município....91
Esquema 8 - Organograma da Gestão da Informação....93
Esquema 9 – Estrutura Nacional de Proteção Civil....113
Esquema 10 – Estrutura das Operações de Proteção Civil....117
Esquema 11 – Procedimento Operacional – Incêndio Urbano....336
Esquema 12 – Procedimento Operacional – Acidente Rodoviário com Matérias Perigosas....350
Esquema 13 – Procedimentos Operacionais – Incêndio Florestal....360

Índice de Figuras

Figura 1 – Carta de Riscos – PNPOT....20
Figura 2 – Sistema de Gestão de Operações....42
Figura 3 – Zonas de Intervenção....47
Figura 4 – Inserção geográfica e administrativa do concelho de Santa Maria da Feira (Fonte: CAOP, 2011).
....131
Figura 5 – Gráfico termo pluviométrico da estação meteorológica de Arouca (Serra da Freita) e Porto (Serra do Pilar).
....133
Figura 6 – Variação anual da Humidade relativa na estação meteorológica de Arouca/Serra da Freita (Normais climatológicas 1955-73) e Serra do Pilar (Normais climatológicas 1951-1980).
....135
Figura 7 – Elementos morfológicos fundamentais do município de Santa Maria da Feira.
....136
Figura 8 – Modelo digital de elevação referente ao Município de Santa Maria da Feira.
....137
Figura 9 – Usos do solo de Nível 1 no concelho de Santa Maria da Feira: percentagem da área total (Fonte: COS, 1990/2007 – IGP).
....146
Figura 10 – Usos do solo de Nível 2 no concelho de Santa Maria da Feira: percentagem da área total (Fonte: COS, 1990/2007 – IGP).
....147
Figura 11 – Alteração dos usos do solo (Nível 1) no concelho de Santa Maria da Feira: percentagens da área total transferida (Fonte: COS, 1990/2007 – IGP).
....148
Figura 12 – Extrato da Carta da Neotectónica de Portugal (Fonte: Cabral e Ribeiro, 1988).
....153
Figura 13 – Tendência evolutiva da população residente no concelho de Santa Maria da Feira (1864 – 2011).
....155
Figura 14 – Variação da população do concelho de Santa Maria da Feira, por freguesia (2001 – 2011).
....156
Figura 15 – Densidade populacional do concelho de Santa Maria da Feira, por freguesia (2001-2011).
....156
Figura 16 – Comparação dos índices de envelhecimento (IE) dos municípios do Entre Douro e Vouga, relativamente ao valor médio observado para Portugal Continental.
....159
Figura 17 – Índice de envelhecimento (IE), por freguesia, do concelho de Santa Maria da Feira.
....159
Figura 18 – Pirâmide Etária do concelho de Santa Maria da Feira (Censos 1991 e 2001*).
....160
Figura 19 – Índices de dependência de idosos (IDI) e jovens (IDJ) no concelho de Santa Maria da Feira, por freguesia (2011).
....161
Figura 20 – Taxa de Analfabetismo (Ta), Escolaridade obrigatória (Eo) e Ensino superior (Es) nas freguesias do concelho de Santa Maria da Feira (2001*).
....162
Figura 21 – Taxa de Atividade do concelho de Santa Maria da Feira, por freguesia (1991 – 2001*).
....163
Figura 22 – População ativa por setores de atividade no concelho de Santa Maria da Feira (2001*).
....164
Figura 23 – Distribuição da população por setores de atividade ao nível da freguesia (2001).
....165
Figura 24 – Número de empresas em Santa Maria da Feira, de acordo com a classificação da CAE-Ver.3.
....165

FIGURA 25 – NÚCLEOS E ALOJAMENTOS FAMILIARES DO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA, POR FREGUESIA (2001*). 166
FIGURA 26 – EDIFÍCIOS SEGUNDO O NÚMERO DE PAVIMENTOS NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA (2001). 167
FIGURA 27 – EDIFÍCIOS POR ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO, NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA (2001). 167
FIGURA 28 – SEQUÊNCIA CONCEPTUAL E METODOLÓGICO DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS. FONTE: JULIÃO ET AL, 2009 189
FIGURA 29 – VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A ONDAS DE CALOR NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE BURGÃES (VALE DE CAMBRA). 194
FIGURA 30 – VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A ONDAS DE CALOR NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE S. PEDRO DO SUL. 195
FIGURA 31 – TEMPERATURAS MÁXIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE BURGÃES, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1990 E 1998. 197
FIGURA 32 – TEMPERATURAS MÁXIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE S. PEDRO DO SUL, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1977 E 1992. 197
FIGURA 33 - VALORES DO *WIND CHILL* E GRAUS DE SEVERIDADE ASSOCIADOS. FONTE: INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA. 198
FIGURA 34 – VARIAÇÃO MÉDIA MENSAL DA MORTALIDADE EM PORTUGAL CONTINENTAL (1941-2005). 200
FIGURA 35 – VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A VAGAS DE FRIO NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE BURGÃES. 202
FIGURA 36 – VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A VAGAS DE FRIO NOS REGISTOS DE S. PEDRO DO SUL. 203
FIGURA 37 – TEMPERATURAS MÍNIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE BURGÃES, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1990 E 1998. 204
FIGURA 38 – TEMPERATURAS MÍNIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE S. PEDRO DO SUL, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1977 E 1992. 204
FIGURA 39 – PERSPETIVA INTEGRADA DAS SECAS (ADAPTADO DE PIMENTA E CRISTO, 1998). 206
FIGURA 40 – VARIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL DA ESTAÇÃO DE FIÃES, SALIENTANDO-SE OS ANOS EM QUE OS QUANTITATIVOS SÃO INFERIORES À MÉDIA GLOBAL DA SÉRIE ANALISADA. 210
FIGURA 41 – VARIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL DA ESTAÇÃO DE ESPARGO, SALIENTANDO-SE OS ANOS EM QUE OS QUANTITATIVOS SÃO INFERIORES À MÉDIA GLOBAL DA SÉRIE ANALISADA. 210
FIGURA 42 – SIGNIFICADO E ABRANGÊNCIA DA TERMINOLOGIA ASSOCIADA AOS MOVIMENTOS DE INSTABILIDADE GEOMORFOLÓGICA (ADAPTADO DE ZÊZERE, 1997). 217
FIGURA 43 – PAINEL LARANJA IDENTIFICADOR DA MATÉRIA PERIGOSA TRANSPORTADA 227
FIGURA 44 – ETIQUETAS DE PERIGO UTILIZADAS NO TRANSPORTE DE MATÉRIAS PERIGOSAS. 228
FIGURA 45 – Nº DE PASSAGENS DE VEÍCULOS TRANSPORTADORES DE MATÉRIAS PERIGOSAS, POR TIPO DE PERIGO. 231
FIGURA 46 – ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA. 234
FIGURA 47 – Nº DE OCORRÊNCIAS POR TIPOLOGIA DE INCÊNDIO ENTRE 01-01-2006 E 06-07-2011. 280
FIGURA 48 – TOTAL DE OCORRÊNCIAS E ÁREA ARDIDA (HA) ENTRE 1980 E 2000 NOS MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE AVEIRO. 282
FIGURA 49 – NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E CORRESPONDENTE ÁREA ARDIDA POR TIPO DE OCUPAÇÃO NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA, ENTRE 1981 E 2000. 282
FIGURA 50 – NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E TOTAL DE ÁREA ARDIDA NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA, ENTRE 1981 E 2010. 283
FIGURA 51 – NÚMERO DE INCÊNDIOS E ÁREA ARDIDA NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA POR FREGUESIA, ENTRE 2001 E 2010. 283
FIGURA 52 – MATRIZ DE RISCO – GRAU DE RISCO. 300
FIGURA 53 – ÂMBITO E TIPOLOGIA DO PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO. 324

Índice de Mapas

MAPA 1 – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA. 15
MAPA 2 – LOCAIS DE APOIO LOGÍSTICO 100
MAPA 3 – APOIO LOGÍSTICO – REUNIÃO DE VÍTIMAS MORTAIS 108
MAPA 4 – DISTRIBUIÇÃO DA PRECIPITAÇÃO TOTAL ANUAL NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA (FONTE: DAVEAU, 1977). 134
MAPA 5 – DECLIVES NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA. 138
MAPA 6 – LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS COM DECLIVE SUPERIOR A 20º NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA. 139

Mapa 7 – Exposições umbrias no município de Santa Maria da Feira. 141
Mapa 8 – Exposição de vertentes no município de Santa Maria da Feira. 142
Mapa 9 – Rede hidrográfica e principais bacias hidrográficas do concelho de Santa Maria da Feira. 144
Mapa 10 – Carta de Ocupação do Solo (1990) do concelho de Santa Maria da Feira. 149
Mapa 11 – Carta de Ocupação do Solo (2007) do concelho de Santa Maria da Feira. 150
Mapa 12 – Geologia do concelho de Santa Maria da Feira. 154
Mapa 13 – Densidade populacional do concelho de Santa Maria da Feira, por freguesia (2011). Fonte: Instituto Nacional de Estatística – INE (Censos 2011). 158
Mapa 14 – Rede Rodoviária do município de Santa Maria da Feira. 168
Mapa 15 – Distribuição do edificado no concelho de Santa Maria da Feira. 170
Mapa 16 – Infraestruturas de abastecimento de água no município de Santa Maria da Feira. 172
Mapa 17 – Infraestruturas de saneamento e tratamento de águas residuais no município de Santa Maria da Feira. 173
Mapa 18 – Rede elétrica do concelho de Santa Maria da Feira. 174
Mapa 19 – Rede de abastecimento de gás no concelho de Santa Maria da Feira. 176
Mapa 20 – Localização dos postos de abastecimento de combustível, no concelho de Santa Maria da Feira. 177
Mapa 21 – Equipamentos sociais e culturais no município de Santa Maria da Feira. 179
Mapa 22 – Equipamentos religiosos no município de Santa Maria da Feira. 180
Mapa 23 – Equipamentos educativos no município de Santa Maria da Feira. 181
Mapa 24 – Equipamentos desportivos no município de Santa Maria da Feira. 182
Mapa 25 – Instalações dos Agentes de Proteção Civil. 183
Mapa 26 – Áreas industriais do município de Santa Maria da Feira. 185
Mapa 27 – Cheias progressivas e inundações urbanas no concelho de Santa Maria da Feira. 213
Mapa 28 – Sismicidade histórica e instrumental na área do Centro-Norte de Portugal. 216
Mapa 29 – Suscetibilidade à ocorrência de movimentos de vertente, em Santa Maria da Feira. 221
Mapa 30 – Suscetibilidade à ocorrência de movimentos de vertente no edificado e em lanços de estrada, em Santa Maria da Feira. 222
Mapa 31 – Suscetibilidade à ocorrência de acidentes no transporte de substâncias perigosas, no concelho de Santa Maria da Feira. 232
Mapa 32 – Percentagem de edifícios com idade anterior a 1960. 236
Mapa 33 – Edifícios em ruína (2004). 238
Mapa 34 – Pontes e Viadutos do Concelho de Santa Maria da Feira 240
Mapa 35 – Estabelecimentos industriais perigosos, no concelho de Santa Maria da Feira. 248
Mapa 36 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Argoncilhe. 251
Mapa 37 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Arrifana. 252
Mapa 38 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Guisande. 253
Mapa 39 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Caldas de São Jorge. 254
Mapa 40 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Canedo. 255
Mapa 41 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Escapães. 256
Mapa 42 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Espargo. 257
Mapa 43 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Fiães. 258
Mapa 44 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Fornos. 259
Mapa 45 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Gião. 260
Mapa 46 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Lobão. 261
Mapa 47 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Louredo. 262
Mapa 48 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Lourosa. 263
Mapa 49 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Milheirós de Poiares. 264
Mapa 50 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Mosteirô. 265
Mapa 51 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Mozelos. 266
Mapa 52 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Nogueira da Regedoura. 267
Mapa 53 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Paços de Brandão. 268
Mapa 54 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Pigeiros. 269
Mapa 55 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Rio Meão. 270
Mapa 56 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Romariz. 271
Mapa 57 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Santa Maria da Feira. 272
Mapa 58 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Santa Maria de Lamas. 273

Mapa 59 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de São João de Ver.....274
Mapa 60 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de São Miguel de Souto.....275
Mapa 61 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de São Paio de Oleiros.....276
Mapa 62 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Travanca.....277
Mapa 63 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Vila Maior.....278
Mapa 64 – Utilização Tipo do edificado, na área central da freguesia de Vale.....279
Mapa 65 – Número de incêndios e área ardida no distrito de Aveiro, entre 1980 e 2000 (valores médios). Fonte: AFN.....281
Mapa 66 – Localização das áreas ardidas no município de Santa Maria da Feira (1990-2009).....286
Mapa 67 – Probabilidade de ocorrência de incêndios florestais no município de Santa Maria da Feira.....287
Mapa 68 – Suscetibilidade à ocorrência de incêndios florestais no município de Santa Maria da Feira.....288
Mapa 69 – Perigosidade à ocorrência de incêndios florestais no município de Santa Maria da Feira.....289
Mapa 70 – Carta de Risco de Incêndio Florestal para o município de Santa Maria da Feira.....290
Mapa 71 – Suscetibilidade à contaminação dos aquíferos no concelho de Santa Maria da Feira.....293
Mapa 72 – Suscetibilidade de erosão hídrica do solo, no concelho de Santa Maria da Feira.....298
Mapa 73 – Edifícios localizados em zonas inundáveis do concelho de Santa Maria da Feira.....304
Mapa 74 – Elementos Expostos ao Risco de Acidentes no Transporte de Matérias Perigosas.....308
Mapa 75 – Elementos Expostos ao Risco de Acidentes Graves em Estabelecimentos Industriais.....312
Mapa 76 – Edificado exposto ao risco de incêndio florestal.....318
Mapa 77 – Ponto de Eclosão e Localização de Agentes de Proteção Civil.....326
Mapa 78 – Isócronas – Incêndio Urbano.....328
Mapa 79 – Corredor de Emergência e Percurso de Socorro – Incêndio Urbano.....329
Mapa 80 – Zonas de Sinistro e de Apoio – Incêndio Urbano.....332
Mapa 81 – Posicionamento de Meios – Incêndio Urbano.....334
Mapa 82 – Ponto de Eclosão e Localização dos Agentes de Proteção Civil.....339
Mapa 83 – Corredor de Emergência e Percurso de Socorro – Acidente Rodoviário Com Matérias Perigosas.....345
Mapa 84 – Cenário de BLEVE e proximidade de Indústrias perigosas.....347
Mapa 85 – Situação Tática.....349
Mapa 86 – Isócronas – Tempos de chegada dos Bombeiros.....355
Mapa 87 – SITAC – Cenário de Incêndio Florestal.....357

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Âmbito e tipologia do planeamento e ordenamento do território com incidência no município de Santa Maria da Feira.....18
Tabela 2 – Orientações estratégicas e Cartografia de Risco do PNPOT.....19
Tabela 3 – Objetivos específicos comuns, medidas e cartogafia de risco do PROF.....22
Tabela 4 – Objetivos Operacionais do PBH do Vouga.....25
Tabela 5 – Objetivos Operacionais do PBH do Douro.....27
Tabela 6 – Objetivos específicos comuns, medidas e cartografia de risco do POAAP – Crestuma – Lever.....28
Tabela 7 – Eixos estratégicos e ações a desenvolver e cartografia de risco do PMDFCI.....30
Tabela 8 - Objetivos, medidas e cartografia de risco do PDM.....31
Tabela 9 – Objetivos dos Planos de Urbanização.....32
Tabela 10 – Meios de Publicitação da ativação do Plano.....33
Tabela 11 – Matriz de Risco – Critérios para a Ativação do Plano.....35
Tabela 12 – Calendarização de Exercícios.....37
Tabela 13 – Organização da Proteção Civil no Município de Santa Maria da Feira.....41
Tabela 14 – Objetivos, Responsabilidades e Funções do Comandante das Operações de Socorro.....44
Tabela 15 – Tarefas dos diversos Adjuntos do COS.....45
Tabela 16 – Células do Sistema de Gestão das Operações.....46
Tabela 17 – Responsáveis das estruturas na célula de combate.....47
Tabela 18 – Ações a desenvolver – Fase de Emergência.....50
Tabela 19 – Entidades e agentes intervenientes na Fase de Emergência face à tipologia de risco natural.....51

TABELA 20 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO. 52
TABELA 21 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO 53
TABELA 22 – AÇÕES A DESENVOLVER – FASE DE REABILITAÇÃO 54
TABELA 23 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL 55
TABELA 24 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO 56
TABELA 25 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO 57
TABELA 26 – AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL 58
TABELA 27 – ORGANISMOS E ENTIDADES COM ESPECIAL DEVER DE COOPERAÇÃO 58
TABELA 28 – TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE EMERGÊNCIA 61
TABELA 29 – TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE REABILITAÇÃO 63
TABELA 30 – TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE EMERGÊNCIA 70
TABELA 31 – TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE REABILITAÇÃO 78
TABELA 32 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS 80
TABELA 33 – RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS 81
TABELA 34 – TIPOLOGIA DE MATERIAL LOGÍSTICO 81
TABELA 35 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA LOGÍSTICA DAS OPERAÇÕES 82
TABELA 36 – NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS POPULAÇÕES 86
TABELA 37 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DAS COMUNICAÇÕES 87
TABELA 38 – REDE OPERACIONAL DE BOMBEIROS 88
TABELA 39 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO 92
TABELA 40 – INFORMAÇÃO A SER CEDIDA ÀS ENTIDADES E AGENTES ENVOLVIDOS NAS AÇÕES DE SOCORRO 93
TABELA 41 – RESPONSABILIDADES ESPECIFICA NO QUE CONCERNE A INFORMAÇÃO A SER CEDIDA ÀS ENTIDADES E AGENTES ENVOLVIDOS NAS AÇÕES DE SOCORRO 94
TABELA 42 – RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS NO QUE CONCERNE A INFORMAÇÃO A SER DIFUNDIDA A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS QUE COLABORAM COM AS AÇÕES DE SOCORRO E REABILITAÇÃO 95
TABELA 43 – INFORMAÇÃO A SER DIFUNDIDA PELA POPULAÇÃO 96
TABELA 44 – RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS NO QUE CONCERNE A INFORMAÇÃO A SER DIFUNDIDA PELOS DIVERSOS ATORES 97
TABELA 45 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO 98
TABELA 46 – RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO 99
TABELA 47 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA 101
TABELA 48 – RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS QUANTO À MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA 102
TABELA 49 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS 102
TABELA 50 – RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS QUANTO AOS SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VITIMAS 103
TABELA 51 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NO SOCORRO E SALVAMENTO 104
TABELA 52 – MARCHA GERAL DAS OPERAÇÕES 105
TABELA 53 – RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS QUANTO AO SOCORRO E SALVAMENTO 106
TABELA 54 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MORTUÁRIOS 107
TABELA 55 – RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS QUANTO AOS SERVIÇOS MORTUÁRIOS 109
TABELA 56 – OBJETIVOS E DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL 111
TABELA 57 – PRINCÍPIOS ESPECIAIS APLICÁVEIS ÀS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL 112
TABELA 58 – DIREÇÃO POLÍTICA 114
TABELA 59 – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL 115
TABELA 60 – COMPETÊNCIAS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL 116
TABELA 61 – COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL 118
TABELA 62 – ATRIBUIÇÕES DOS CCO´S 118
TABELA 63 – COMPETÊNCIAS DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DA CMPC 119
TABELA 64 – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL 120
TABELA 65 – DEFINIÇÃO DE ACIDENTE GRAVE E CATÁSTROFE 121
TABELA 66 – COMPETÊNCIAS, PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA 121
TABELA 67 – COMPETÊNCIAS, PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE CONTINGÊNCIA 122
TABELA 68 – COMPETÊNCIAS, PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE 124
TABELA 69 – DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS DE SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO, ALERTA E AVISO 125
TABELA 70 – AVISOS EMITIDOS PELO INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA 126
TABELA 71 – CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS, PARA VENTOS, PRECIPITAÇÃO, NEVE, TROVOADA, NEVOEIRO, TEMPO QUENTE, TEMPO FRIO E AGITAÇÃO MARÍTIMA 126

TABELA 72 – CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS PARA AS TEMPERATURAS MÍNIMAS E MÁXIMAS.....127
TABELA 73 – NÍVEIS DE ALERTA E RESPETIVO GRAU DE PRONTIDÃO E MOBILIZAÇÃO.....129
TABELA 74 – MEIOS DE DIFUSÃO DE AVISOS À POPULAÇÃO.....130
TABELA 75 – ÁREA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA.....143
TABELA 76 – USO DO SOLO (NÍVEL 1) NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA (FONTE: COS, 1990/2007 – IGP).....146
TABELA 77 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ETÁRIA DO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA (2001-2011). 160
TABELA 78 – PRINCIPAIS COMPLEXOS INDUSTRIAIS DO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA. 186
TABELA 79 – CONCEITOS ADOTADAS NA ELABORAÇÃO DOS PMEPC (ADAPTADO DE JULIÃO ET AL., 2009).....189
TABELA 80 – PERIGOS PASSÍVEIS DE AFETAREM O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA. 190
TABELA 81 – MATRIZ DE RISCO – GRAU DE RISCO. 190
TABELA 82 – MATRIZ DE RISCO PARA O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA.....191
TABELA 83 – LIMIARES DE ONDAS DE CALOR ADOTADOS PARA OS VÁRIOS DISTRITOS DO PAÍS.....192
TABELA 84 – VALORES DE PRECIPITAÇÃO MENSAL DA ESTAÇÃO DE FIÃES, DESTACANDO-SE OS ANOS DE SECA POTENCIAL...208
TABELA 85 – VALORES DE PRECIPITAÇÃO MENSAL DA ESTAÇÃO DE ESPARGO, DESTACANDO-SE OS ANOS DE SECA POTENCIAL. 209
TABELA 86 – CLASSIFICAÇÃO DE MATÉRIAS PERIGOSAS NO ÂMBITO DO RNTMP 226
TABELA 87 – RELATÓRIO DE ACIDENTES POR DISTRITO. 229
TABELA 88 – NÚMERO DE EDIFÍCIOS EM RUÍNA 237
TABELA 89 – PONTES E VIADUTOS POR CLASSES DE COMPRIMENTO, EM METROS. 239
TABELA 90 – INVENTÁRIO DAS SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS PRESENTES NA ACAIL GÁS. 244
TABELA 91 – INVENTÁRIO DAS SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS PRESENTES NA GARAGEM SILVA. 244
TABELA 92 – INVENTÁRIO DAS EMPRESAS SUJEITAS AO PCIP 245
TABELA 93 – ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS INQUIRIDOS SOBRE A APLICABILIDADE DO D.L. 254/2007 247
TABELA 94 – PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS POR UTILIZAÇÃO TIPO, NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA.....280
TABELA 95 – GRAU DE PROBABILIDADE. 299
TABELA 96 – GRAU DE GRAVIDADE. 300
TABELA 97 – MATRIZ DE RISCO PARA O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA.....301
TABELA 98 – ELEMENTOS EXPOSTOS AO RISCO DE ACIDENTE NO TRANSPORTE DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS NOS EIXOS RODOVIÁRIOS COM SUSCETIBILIDADE ELEVADA DE OCORRÊNCIA. 307
TABELA 99 – ELEMENTOS EXPOSTOS POR DISTÂNCIA DE SEGURANÇA AOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS. ...314
TABELA 100 – MEDIDAS GERAIS DE MITIGAÇÃO 320
TABELA 101 – MEDIDAS ESPECÍFICAS POR TIPOLOGIA DE RISCO DE MITIGAÇÃO.....323
TABELA 102 – APC'S E ENTIDADES INTERVENIENTES EM CASO DE INCÊNDIO URBANO. 325
TABELA 103 – RECONHECIMENTO A EFETUAR EM CASO DE INCÊNDIO URBANO. 330
TABELA 104 – MEIOS DE AÇÃO EM CASO DE INCÊNDIO URBANO. 331
TABELA 105 – RESTRIÇÕES DE ACESSO ÀS ZONAS DE SINISTRO E DE APOIO. 331
TABELA 106 – AÇÕES DECISIVAS NO COMBATE A INCÊNDIOS URBANOS. 333
TABELA 107 – FASES DE ATAQUE E PROTEÇÃO. 333
TABELA 108 – APC'S E ENTIDADES INTERVENIENTES EM CASO DE ACIDENTE NO TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS. 337
TABELA 109 – DESCRIÇÃO DO CENÁRIO HIPOTÉTICO. 338
TABELA 110 – AVALIAÇÃO EFETUADA NO LOCAL DO ACIDENTE ENVOLVENDO SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS. 340
TABELA 111 – FICHA DE SEGURANÇA.....344
TABELA 112 – APC`S E ENTIDADES INTERVENIENTES NO CASO DE INCÊNDIO FLORESTAL 353
TABELA 113 - FITA DO TEMPO – CENÁRIO DE INCÊNDIO FLORESTAL.....358

Parte I – Enquadramento Geral do Plano

1. Introdução

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Santa Maria da Feira (adiante designado abreviadamente por PMEPCSMF) é um documento formal que define o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações/atividades de Proteção Civil, a nível municipal. Permite antecipar cenários suscetíveis e espectáveis de desencadeamento de um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos a ter em conta na preparação e eficácia da capacidade de resposta à emergência.

O PMEPCSMF é um plano de âmbito geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem para o âmbito territorial e administrativo do município de Santa Maria da Feira.

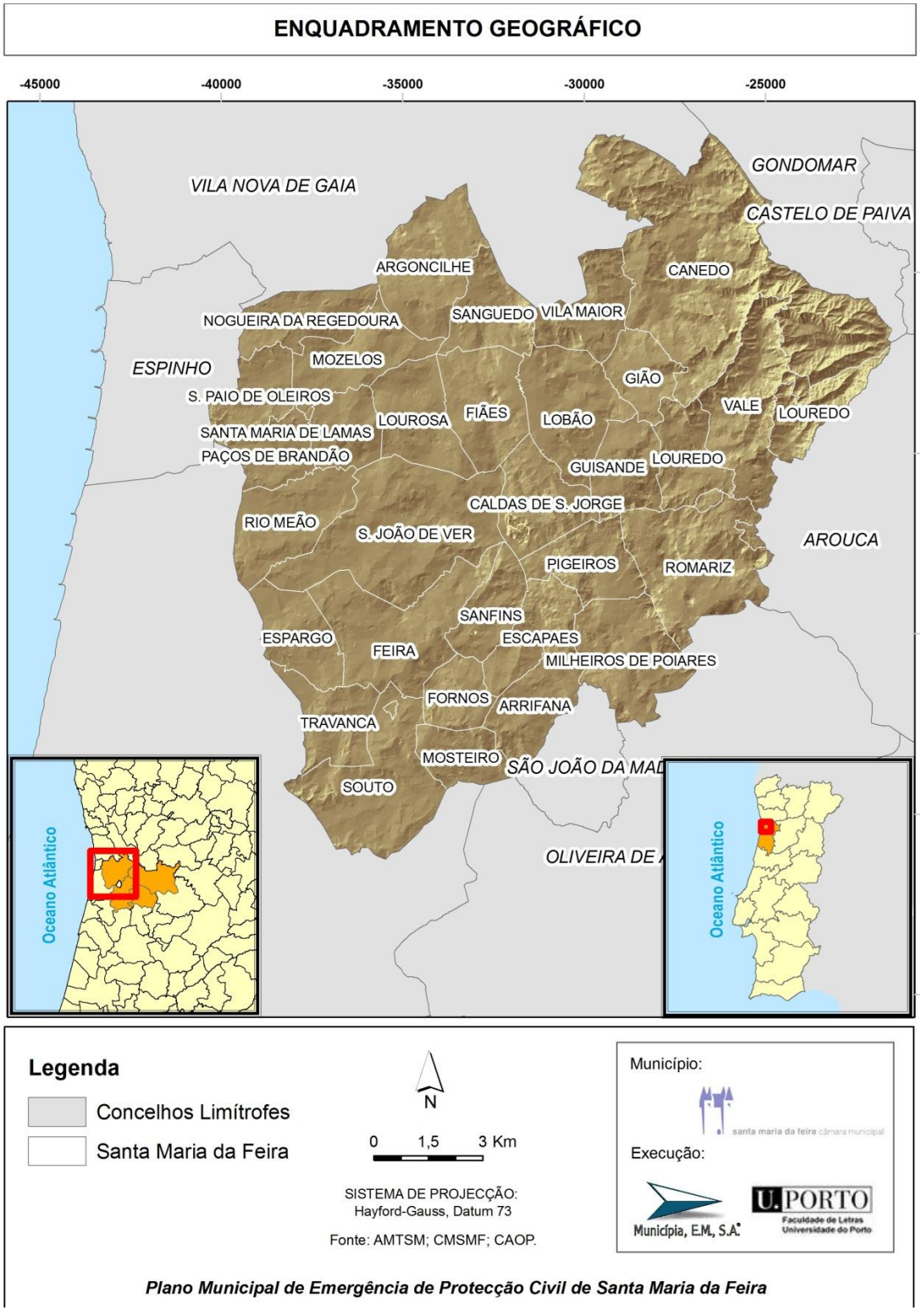
Este, deverá ser revisto, segundo a Resolução 25/2008 de 18 de Julho, no mínimo, uma vez em cada dois anos, ou, no caso de existirem alterações pertinentes que resultem dos exercícios realizados para verificar a operacionalidade dos meios envolvidos no âmbito do plano, ou ainda, de situações reais onde se verifique a necessidade de alterações no mesmo.

O Município está sujeito a uma multiplicidade de riscos naturais, tecnológicos ou mistos que se podem manifestar a qualquer altura, no entanto aquele, que pelas características do município, ou até mesmo pelo seu histórico de ocorrências se destaca, é o risco de Incêndio Florestal.

O diretor do PMEPCSMF é o Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Alfredo de Oliveira Henriques e, na sua ausência, o seu legítimo substituto é o vereador da Câmara Municipal, Emídio Ferreira dos Santos Sousa.

2. Âmbito de aplicação

Sendo o PMEPCSMF um plano de âmbito municipal, este aplica-se à totalidade da área territorial do Município de Santa Maria da Feira, ou seja, a uma área total de 215,12Km^2, correspondendo às suas 31 freguesias (Argoncilhe, Arrifana, Caldas de São Jorge, Canedo, Escapães, Espargo, Feira, Fiães, Fornos, Gião, Guisande, Lobão, Louredo, Lourosa, Milheirós de Poiares, Mosteiro, Mozelos, Nogueira da Regedoura, Paços de Brandão, Pigueiros, Rio Meão, Romariz, São João de Ver, São Paio de Oleiros, Sanfins, Sanguedo, Santa Maria de Lamas, Souto, Travanca, Vale e Vila Maior). O concelho de Santa Maria da Feira pertence ao distrito de Aveiro e inclui-se na NUT III do Entre Douro e Vouga.



Mapa 1 – Enquadramento geográfico do concelho de Santa Maria da Feira.

O PMEPCSMF tem como objetivo, fazer face a todas as situações decorrentes da manifestação dos riscos naturais (Ondas de Calor; Vagas de Frio; Secas; Cheias e inundações; Sismos; Movimentos de massa em vertente); Tecnológicos (Acidentes no transporte terrestre de substâncias perigosas; Colapso

de estruturas; Acidentes em estabelecimentos industriais perigosos e Incêndios Urbanos e Industriais, ou Mistos - Incêndios florestais, Degradação dos Solos e Contaminação de aquíferos).

3. Objetivos gerais

Os objetivos gerais a que o PMEPCVC se propõe, são:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis a recorrer em caso de acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a promoção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

4. Enquadramento Legal

Legislação Estruturante

- Lei nº 27/2006, de 3 de Julho – Lei de Bases de Proteção Civil
- Lei nº53/2008, de 29 de Agosto – Lei de Segurança Interna
- Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal;
- Decreto de Lei nº134/2006, de 25 de Julho – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

Legislação Específica

- Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 25/2008, de 18 de Julho – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil;
- Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 97/2007, de 16 de Maio – Estado de alerta especial para as organizações integrantes no Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS);

5. Antecedentes do Processo de Planeamento

A primeira versão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Santa Maria da Feira foi elaborada em conformidade com a Diretiva da Comissão Nacional, para a elaboração de planos de emergência de proteção civil (Declaração do MAI de 19/12/1994). O PMEPC nunca obteve qualquer parecer do extinto Serviço Nacional de Proteção Civil, no entanto, foi aprovado pela Comissão Municipal de Proteção Civil em 6 de Setembro de 1999.

A 13 de Dezembro de 2007, realizou-se um exercício no âmbito do Plano Municipal de Emergência que consistiu na simulação de um incêndio na corticeira Amorim com a respetiva ativação do Plano Externo de Emergência e consequente ativação do Plano Municipal de Emergência do município.

Por outro lado, fora do âmbito do Plano Municipal de Emergência, mas inserido na rotina normal dos Agentes de Proteção Civil, concretizando a preparação da resposta para as diversas situações que possam ocorrer no município de Santa Maria da Feira, são levados a cabo alguns exercícios regulares, podendo ser envolvido ou não, o Serviço Municipal de Proteção Civil.

6. Articulação com instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

O planeamento e ordenamento do território revestem-se de vital importância no que diz respeito à minimização dos efeitos nefastos, que podem ocorrer em função dos riscos existentes no município de Santa Maria da Feira. Um uso cuidado e correto do solo, aliado à diminuição da vulnerabilidade, ou seja à minimização da exposição de pessoas e bens, amplificam o sucesso das políticas de proteção civil. Esta articulação das políticas, com os Planos Especiais de Emergência é importante, uma vez que não existe plano de emergência externo de algumas indústrias, como acontece no caso das Indústrias com a classificação Seveso.

Logo, a articulação com Planos de Emergência de áreas territoriais adjacentes é tida em conta ao longo de todo o processo de planeamento efetuado no presente documento.

De seguida, expõe-se uma síntese dos instrumentos de planeamento e ordenamento territorial existentes no município, esquematizando-se o seu âmbito de aplicação e a sua tipologia.

Tabela 1 – Âmbito e tipologia do planeamento e ordenamento do território com incidência no município de Santa Maria da Feira.

6.1. PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Tal como disposto no ponto 2 do artigo 1º da Lei nº58/2007 de 4 de Setembro, *O PNPOT é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia a Tabela de referência a consolidar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia.*

As principais orientações estratégicas consideradas a nível do PNPOT são:

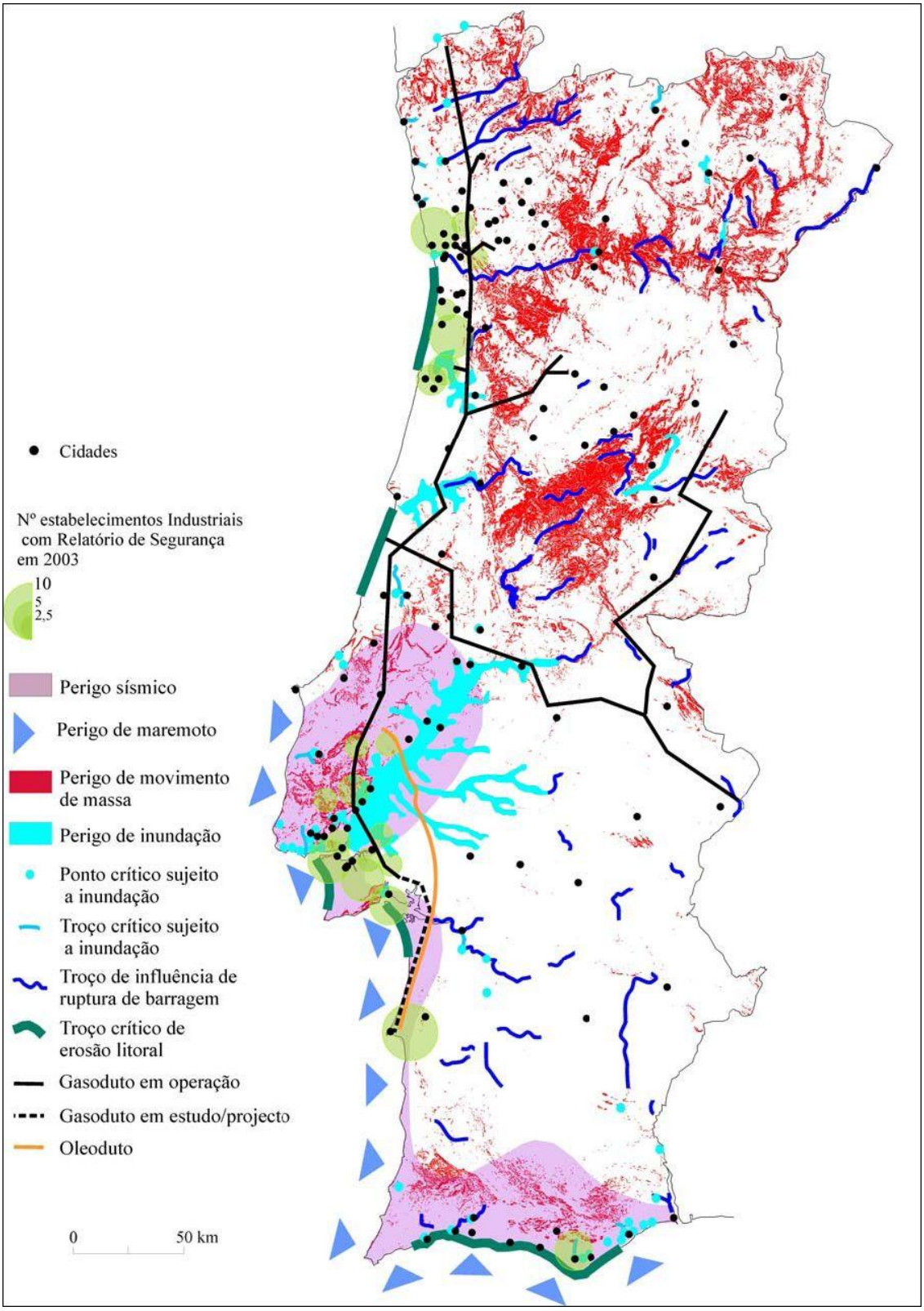
PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	
Orientações estratégicas	**a)** Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos; **b)** Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global; **c)** Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais; **d)** Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social; **e)** Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e Administração Pública; **f)** Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação dos

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território		
		cidadãos e das instituições.
Cartografia de Risco	g)	A carta de risco – PNPOT, que é apresentada de seguida (Figura 1) mostra os riscos existentes na área territorial respeitante ao município de Santa Maria da Feira, nomeadamente a forte presença de indústria, a ocorrência de movimentos de vertente e a ocorrência de incêndios florestais, que embora não estando contidos na presente carta, dada a pequena escala do mapa, foram considerados em sede de PNPOT.

Tabela 2 – Orientações estratégicas e Cartografia de Risco do PNPOT.

O PNPOT estabelece os diferentes tipos de riscos naturais, ambientais e tecnológicos, em sede de planos de ordenamento, consoante os objetivos e critérios de cada tipo de plano, as áreas de perigosidade, os usos compatíveis nessas áreas e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos identificados.

Merece destaque no mapa síntese (Figura 1), a localização dos diversos riscos existentes para o território de Portugal Continental, clarificando-se assim, a incidência dos principais riscos que podem afetar o município.



Fonte: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (2007)

Figura 1 – Carta de Riscos – PNPOT

6.2. Planos Setoriais

6.2.1. PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga

Tal como disposto no ponto 1 do artigo 1º do Decreto Regulamentar nº4/2007 de 22 de Janeiro, *Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal, são instrumentos de política setorial, que incidem sobre os espaços florestais e visam enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.*

São objetivos específicos comuns deste plano:

PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal	
Objetivos Específicos Comuns	São comuns a todas as sub-regiões homogéneas a prossecução dos seguintes objetivos específicos: • Diminuir o número de ignições de incêndios florestais; • Diminuir a área queimada; • Reabilitação de ecossistemas florestais; • Proteger os valores fundamentais de solo e água; • Salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico; Melhoria da qualidade paisagística dos espaços florestais; Promoção do uso múltiplo da floresta; Potenciar a biodiversidade dos espaços florestais; Recuperação de galerias ripícolas; Monitorização da vitalidade dos espaços florestais; Estabelecimento de medidas preventivas contra agentes bióticos; • Recuperação de áreas ardidas; • Beneficiação de espaços florestais, nomeadamente: Aumento da diversidade da composição dos povoamentos dos espaços florestais; Promoção do uso múltiplo da floresta; Redução das áreas abandonadas; Criação de áreas de gestão única de gestão adequada; • Aumentar a incorporação de conhecimentos técnicos e científicos na gestão; • Consolidação da atividade florestal, nomeadamente: profissionalização da gestão florestal; • Incremento das áreas de espaços florestais sujeitos a gestão profissional; • Promover a implementação de sistemas de gestão sustentáveis e sua certificação; • Promover a diferenciação e valorização dos espaços florestais através do reconhecimento prestado pela certificação; • Aumentar o conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais; • Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do plano.
Programas	• Arborização de terras agrícolas; • Arborização de espaços florestais não arborizados; • Condução da regeneração natural das folhosas autóctones e adensamento da cortina riparia;

PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal	
	• Beneficiação de superfícies florestais arborizadas; • Recuperação após fogo; • Fogo controlado; • Acessibilidade / Compartimentação; • Controlo de invasoras lenhosas; • Adensamento e relocalização de infraestruturas; • Responsabilização / constituição de Brigadas de Sapadores Florestais; • Consolidação do movimento associativo; • Atividades de natureza em espaço florestal; • Ordenamento cinegético; • Dinamização e ordenamento aquícola; • Regularização e beneficiação silvo pastoril.
Medidas	**Artigo 45 - Edificação em zonas de elevado risco de incêndio** 1 — A cartografia de risco de incêndio produzida no âmbito dos planos de defesa da floresta municipais deve constituir um dos critérios subjacentes à classificação e qualificação do solo e determinar indicadores de edificabilidade definidos pelos instrumentos de gestão territorial vinculativos para os particulares. 2 — A reclassificação dos espaços florestais em solo urbano deve ser fortemente condicionada ou mesmo proibida quando se tratem de espaços florestais classificados nos PMDFCI como tendo um risco de incêndio elevado ou muito elevado, respetivamente. 3 — A construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria é interdita nos terrenos classificados nos PMDFCI, com risco de incêndio elevado ou muito elevado, sem prejuízo das infraestruturas definidas nas redes regionais de defesa da floresta contra incêndios. 4 — As novas edificações no solo rural têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno, a garantia de distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros e a adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício, à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos.
Cartografia de Risco	Mapa síntese do Plano Regional de Ordenamento Florestal da área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga (PROF AMPEDV).

Tabela 3 – Objetivos específicos comuns, medidas e cartografia de risco do PROF.

Sendo este um município onde a principal preocupação se prende com a existência de condições propícias ao despoletar de incêndios florestais, o PROF da Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga garante políticas de gestão de combustíveis, nomeadamente, uma rede de defesa da floresta (RDFCI) que integra as seguintes componentes:

- Redes de faixas de gestão de combustível;
- Mosaico de parcelas de gestão de combustível;

- Rede viária florestal;
- Rede de pontos de água;
- Rede de Vigilância e deteção de incêndios
- Rede de infraestruturas de apoio ao combate.

Desta forma, coloca-se ao dispor das estruturas de Proteção Civil e do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, instrumentos capazes de contribuir para a mitigação de Incêndios Florestais.

6.2.2. Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Vouga

Tal como disposto na Parte I do Capítulo I do Decreto Regulamentar nº15/2002 de 14 de Março e a par dos restantes planos de bacia hidrográfica, este plano inaugura um novo instrumento de planeamento setorial, o dos recursos hídricos, constituindo um relevante passo na concretização de um modelo mais moderno, dinâmico e adequado à gestão das bacias hidrográficas. Neste sentido o Plano de Bacia Hidrográfica do Vouga converge efetivamente para a mitigação dos riscos que este contempla.

PBH – Plano de Bacia Hidrográfica do Vouga	
Objetivos Operacionais	Curto Prazo Gestão da Procura • Assegurar o abastecimento de água para consumo doméstico o uso industrial na área geográfica do Plano de Bacia Hidrográfica do rio Vouga em condições adequadas de qualidade e fiabilidade e de acordo com as utilizações previstas nos cenários de desenvolvimento definidos; • Assegurar a drenagem e tratamento das águas residuais domésticas e industriais na área geográfica do Plano de Bacia Hidrográfica do rio Vouga em condições adequadas de qualidade e fiabilidade e de acordo com as utilizações previstas nos cenários de desenvolvimento definidos; • Assegurar a disponibilidade de água para rega na área geográfica do Plano de Bacia Hidrográfica do rio Vouga em condições adequadas de qualidade e fiabilidade e de acordo com os cenários de desenvolvimento definidos; • Racionalizar os consumos de Água; • Assegurar que o ciclo artificial da água, captação, utilização, rejeição, funciona nas melhores condições de qualidade; • Assegurar uma gestão sustentável das origens de água para abastecimento; • Resolver as situações de conflito nos usos da água: melhoria da coordenação intersectorial e institucional de aproveitamentos de fins múltiplos; • Assegurar a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais; • Promover a prevenção e controlo integrados da poluição proveniente dos utilizadores dos recursos hídricos. Proteção da Qualidade da Água e Controlo da Poluição • Proteger, preservar ou recuperar a qualidade da água junto a captações de água

PBH – Plano de Bacia Hidrográfica do Vouga

superficial para consumo humano;

- Proteger, preservar ou recuperar a qualidade da água junto a zonas de recreio balnear;
- Proteger, preservar ou recuperar a qualidade da água junto a zonas de pesca, aquacultura ou de ecossistemas com interesse;
- Assegurar a implementação de um sistema de monitorização dos meios recetores.

Proteção da Natureza

- Assegurar que a qualidade das águas doces superficiais atinge níveis compatíveis com ecossistemas aquáticos ecologicamente íntegros;
- Promover a conservação e a diversidade das comunidades ictiofaunísticas;
- Promover a conservação e a diversidade da fauna terrestre associada ao meio hídrico e à vegetação ripícola;
- Assegurar a monitorização da letlofauna, de macroinvertebrados aquáticos e de plâncton no rio Vouga e afluentes.

Proteção Contra Situações Hidrológicas Extremas e de Poluição Ambiental

- Assegurar a minimização dos efeitos resultantes das situações de cheia, decorrentes de caudais máximos extremos ou de chuvas muito intensas;
- Assegurar a minimização dos efeitos resultantes das situações de seca;
- Assegurar a proteção contra acidentes graves de poluição.

Ordenamento do Território e Domínio Hídrico

- Condicionamento da tipologia das construções em Domínio Hídrico;
- Salvaguardar os conflitos de uso do solo com os locais de maior vulnerabilidade dos aquíferos;
- Salvaguardar os conflitos de uso do solo com as captações de água;
- Avaliar e quantificar potenciais zonas de cheias (de acordo com Artigo 14º do Decreto Lei nº89/97, de 26 de Fevereiro).

Valorização Económica e Social dos Recursos Hídricos

- Garantir que o aproveitamento do potencial hidroeléctrico da bacia não interfere com outras utilizações de recursos hídricos a que seja atribuído maior grau de prioridade, ou com a conservação dos ecossistemas presentes;
- Assegurar a valorização económica dos inertes excedentes através da sua extração e comercialização, sempre que as condições de transporte sólido exijam a sua retirada, por questões de escoamento ou ambientais;
- Garantir as condições de qualidade nos corpos de água para a manutenção e desenvolvimento da sua utilização na aquacultura, em condições de equilíbrio ambiental;
- Assegurar a proteção e valorização turística dos valores Patrimoniais.

Médio e Longo Prazo

Gestão da Procura

- Assegurar a drenagem e tratamento das águas residuais domésticas na área geográfica do Plano de Bacia Hidrográfica do rio Vouga em condições adequadas de qualidade e fiabilidade e de acordo com as utilizações previstas nos cenários de

PBH – Plano de Bacia Hidrográfica do Vouga
desenvolvimento definidos; • Assegurar a disponibilidade da água para rega na área geográfica do Plano de Bacia Hidrográfica do rio Vouga em condições adequadas de qualidade e fiabilidade e de acordo com as utilizações previstas nos cenários de desenvolvimento definidos; • Racionalizar os consumos de água; • Assegurar uma gestão sustentável das origens de água para abastecimento. Proteção da Qualidade da Água e Controlo da Poluição • Proteger, preservar ou recuperar a qualidade da água junto a captações de água superficial para consumo humano; • Proteger, preservar ou recuperar a qualidade da água junto a zonas de pesca, aquacultura ou de ecossistemas com interesse. Proteção da Natureza • Assegurar que a qualidade das águas doces superficiais atinge níveis compatíveis com ecossistemas aquáticos ecologicamente íntegros; • Promover a conservação e a diversidade das comunidades ictiofaunísticas; • Promover a conservação e a diversidade da fauna terrestre associada ao meio hídrico e à vegetação ripícola. Proteção Contra Situações Hidrológicas Extremas e Riscos de Poluição Ambiental • Assegurar a minimização dos efeitos resultantes das situações de seca; • Assegurar a proteção contra acidentes graves de poluição. Ordenamento do Território e Domínio Hídrico • Proteção dos solos contra a erosão; • Promover a articulação entre o Ordenamento do Território e as áreas classificadas no âmbito da Conservação da Natureza. Valorização Económica e Social dos Recursos Hídricos • Promover a utilização das potencialidades da rede hidrográfica e dos corpos de água para a utilização em recreio e lazer; • Assegurar a valorização económica dos inertes excedentes através da sua extração e comercialização, sempre que as condições de transporte sólido exijam a sua retirada, por questões de escoamento ou ambientais; • Assegurar a proteção e valorização turística dos valores Patrimoniais.

Tabela 4 – Objetivos Operacionais do PBH do Vouga

A par de outros documentos similares, o Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Vouga converge através dos objetivos anteriormente descritos para a mitigação de uma multiplicidade de riscos, nomeadamente, os relacionados com a água.

6.2.3. Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Douro

PBH – Plano de Bacia Hidrográfica do Douro

Objetivos Operacionais

a) Proteção das águas e controlo da poluição:

i) Garantir a qualidade da água nas origens para os diferentes usos, designadamente para consumo humano;

ii) Assegurar o nível de atendimento nos sistemas de drenagem e tratamento dos efluentes, nomeadamente os domésticos com soluções técnica e ambientalmente adequadas, concebidas de acordo com a dimensão dos aglomerados e com a infraestruturas já existentes e com as características de meio recetor;

iii) Promover a recuperação e o controlo da qualidade dos meios hídricos superficiais e subterrâneos, no cumprimento da legislação nacional e comunitária, nomeadamente através do tratamento e da redução das cargas poluentes e da poluição difusa.

b) Gestão da procura (abastecimento de água às populações e atividade económicas)

i) Assegurar a gestão sustentável e integrada das origens subterrâneas e superficiais;

ii) Assegurar a quantidade de água necessária, na origem, visando o adequado nível de atendimento no abastecimento às populações e o desenvolvimento das atividades económicas;

iii) Promover a conservação dos recursos hídricos, nomeadamente através da redução das perdas nos sistemas ou da reutilização da água.

c) Proteção da natureza

i) Promover a salvaguarda da qualidade ecológica dos sistemas hídricos e dos ecossistemas, assegurando o bom estado físico e químico e a qualidade biológica, nomeadamente através da integração da componente biótica nos critérios de gestão da qualidade da água;

ii) Promover a definição de caudais ambientais e evitar a excessiva artificialização do regime hidrológico, visando garantir a manutenção dos sistemas aquáticos, fluviais, estuarinos e costeiros;

iii) Promover a preservação e/ou recuperação de troços de especial interesse ambiental e paisagístico, das espécies e habitats protegidos pela legislação nacional e comunitária, e nomeadamente das áreas classificadas, das galerias ripícolas e do estuário.

d) Proteção contra situações hidrológicas extremas e acidentes de poluição

i) Promover a adequação das medidas de gestão em função das disponibilidades de água, impondo restrições ao fornecimento, em situação de seca e promovendo a racionalização dos consumos através de planos de contingência;

ii) Promover o ordenamento das áreas ribeirinhas sujeitas a inundações e estabelecimento de cartas de risco de inundação e promover a definição de critérios de gestão, a regularização fluvial e a conservação da rede hidrográfica, visando a minimização dos prejuízos;

iii) Promover o estabelecimento de planos de emergência, em situação de poluição acidental, visando a minimização dos efeitos.

e) Valorização social e económica dos recursos hídricos

i) Promover a classificação das massas de água em função dos respetivos usos

PBH – Plano de Bacia Hidrográfica do Douro

nomeadamente as correspondentes às principais origens de água para produção de água potável existentes ou planeadas;

ii) Promover a identificação dos locais para o uso balnear ou prática de atividades de recreio, para a pesca ou navegação, para extração de inertes e outras atividades, desde que não provoquem a degradação das condições ambientais;

iii) Promover a valorização económica dos recursos hídricos, privilegiando os empreendimentos de fins múltiplos.

f) Articulação do ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico

i) Promover o estabelecimento de condicionamentos aos usos do solo, às atividades nas albufeiras e nos troços em que o uso não seja compatível com os objetivos de proteção e valorização ambiental dos recursos;

ii) Promover a definição de diretrizes de ordenamento, visando a proteção do domínio hídrico, a reabilitação e renaturalização dos leitos e margens e, de uma forma mais geral, das galerias ripárias, dos troços mais degradados e do estuário;

iii) Promover a elaboração dos Planos de Ordenamento das Albufeiras (POA) existentes e previstas e a adequação quer dos Planos de Ordenamento das Albufeiras (POA) quer dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) tendo em conta as orientações decorrentes do Plano de Bacia.

g) Quadro normativo e institucional

i) Assegurar a simplificação e racionalização dos processos de gestão da água e os necessários ajustamentos do quadro institucional;

ii) Promover a melhoria da coordenação intersectorial e institucional, nomeadamente nos empreendimentos de fins múltiplos;

iii) Promover a gestão integrada do estuário, visando a sua valorização social económica e ambiental;

iv) Assegurar a implementação da Convenção de Albufeira e da Diretiva-Quadro da Água (Diretiva n.º 2000/60/CE).

h) Sistema económico-financeiro

i) Promover a aplicação dos princípios utilizador-pagador e poluidor-pagador

i) Outros objetivos (participação das populações e aprofundamento do conhecimento sobre recursos hídricos);

ii) Promover a monitorização do estado quantitativo e qualitativo das massas de água de superfície e subterrâneas;

iii) Promover a obtenção contínua de informação sistemática atualizada relativa a identificação do meio recetor e promover a estruturação e calibração do modelo geral de qualidade de água da bacia portuguesa, integrando a poluição pontual e difusa assim como toda a rede hidrográfica principal, os aquíferos e as albufeiras;

iv) Promover o estudo e investigação aplicada, criando e mantendo as bases de dados adequadas ao planeamento e a gestão sustentável dos recursos hídricos;

v) Promover a participação das populações através da informação, formação e sensibilização para a necessidade de proteger os recursos e o meio hídrico.

Tabela 5 – Objetivos Operacionais do PBH do Douro

6.3. PEOT – Planos Especiais

6.3.1. POAAP – Plano de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas – Albufeira de Crestuma-Lever

O POACL estabelece usos e regimes de utilização da área de intervenção, determinados por critérios de salvaguarda de recursos e de valores naturais compatíveis com a utilização sustentável do território, que visam os seguintes objetivos específicos:

POAAP – Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas	
Objetivos	Definir regras de utilização do plano de água e da sua envolvente, de forma a valorizar e salvaguardar os recursos naturais, em especial os recursos hídricos; Definir regras e medidas para o uso, a ocupação e a transformação do solo que permitam gerir a área objeto de plano, numa perspetiva dinâmica e integrada; Compatibilizar os diferentes usos e atividades com a proteção e valorização ambiental e as finalidades principais da albufeira; Identificar as áreas de risco, as áreas mais adequadas para a conservação da natureza, as áreas mais aptas para atividades recreativas, prevendo as compatibilizações e complementaridades entre as diversas utilizações; Identificar as áreas sujeitas a risco de erosão marginal e deslizamentos na margem da albufeira e definir medidas de conservação e corretivas; Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes quer do ponto de vista de gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território; Garantir a articulação com planos, estudos e programas de interesse local, regional e nacional; Garantir a compatibilidade com o regime previsto no Decreto -Lei n.º 344 -A/98, de 6 de Novembro, relativo à utilização da via navegável do Douro.
Medidas	No âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Proteção contra Incêndios são aplicáveis à área de intervenção do POACL as medidas preventivas definidas na legislação específica, nomeadamente a constituição e manutenção de faixas de proteção à rede viária, linhas de transporte de energia elétrica, faixas de proteção às habitações, estaleiros, armazéns, oficinas ou outras edificações no espaço rural e aos aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais e aterros sanitários.
Cartografia de Risco	As áreas de risco delimitadas na planta de síntese deste instrumento de ordenamento do território, são áreas associadas a fenómenos de instabilidade geológica e ou a problemas de erosão, existente ou potencial.

Tabela 6 – Objetivos específicos comuns, medidas e cartografia de risco do POAAP – Crestuma – Lever

6.3.2. PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O Plano Municipal de Defesa de Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) incorpora todo um conjunto de medidas necessárias à implementação de políticas associadas à defesa da floresta contra um dos maiores riscos existentes no Município de Santa Maria da Feira, no caso, o risco de Incêndio Florestal. Este plano comporta ações a nível do planeamento, preparação, resposta e reabilitação do espaço florestal. Todos os pressupostos assentam numa base de cooperação entre os diversos agentes e organismos existentes e intervenientes na área territorial a que o plano diz respeito.

Este foi elaborado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) e está em consonância com o plano, cuja abrangência é máxima relativamente ao Plano Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta Contra Incêndios e com o respetivo Plano Regional de Ordenamento Florestal.

PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	

Eixos Estratégicos e ações a desenvolver	• 1º Eixo estratégico – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
	  ○ Objetivo estratégico
	  ▪ Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.
	  ○ Objetivos operacionais
	  ▪ Proteger as zonas de interface Urbano / Floresta;
	  ▪ Implementar Programa de redução de combustíveis.
	• 2º Eixo estratégico – Reduzir a incidência dos Incêndios
	  ○ Objetivo estratégico
	  ▪ Educar e sensibilizar as populações;
	  ▪ Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.
	  ○ Objetivos operacionais
	  ▪ Sensibilização da População em geral;
	  ▪ Sensibilização e educação escolar;
	  ▪ Fiscalização.
	• 3º Eixo estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios
	  ○ Objetivo estratégico
	  ▪ Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção;
	  ▪ Reforço da capacidade de 1ª intervenção;
	  ▪ Reforço do ataque ampliado;
	  ▪ Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio.
	  ○ Objetivos operacionais
	  ▪ Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado;
	  ▪ Estruturar o nível municipal e distrital de 1ª intervenção;
	  ▪ Reforçar a eficácia do combate terrestre ao nível municipal e distrital;

PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	
	▪ Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo; ▪ Garantir a correta e eficaz execução da vigilância após rescaldo. • 4º Eixo estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas o Objetivo estratégico ▪ Recuperar e reabilitar os ecossistemas. o Objetivos operacionais ▪ Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo. • 5º Eixo estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz o Objetivo estratégico ▪ Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta. o Objetivos operacionais ▪ Fomentar as operações de DFCI e garantir o necessário apoio técnico e logístico.
Cartografia de Risco	• Carta de Risco de Incêndio; • Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal.

Tabela 7 – Eixos estratégicos e ações a desenvolver e cartografia de risco do PMDFCI.

De realçar, que no Plano Municipal de Proteção Civil de Emergência do Município de Santa Maria da Feira, de forma a uniformizar os conteúdos, será usada a mesma metodologia utilizada no PMDFCI, para a cartografia de Perigosidade, Risco, Prioridades de Defesa, entre outros. Esta utilização está prevista no guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de sistemas de informação geográfica (SIG) de base municipal.

6.4. PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território

6.4.1. PDM – Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor Municipal em vigor foi elaborado na década de 80 e início da década de 90, no âmbito do DL 69/90 de 2 de Março, tendo sido aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº56/93, publicada na 1ª Série-B, de 19/08/1993.

O Regulamento sofreu duas alterações:

- A 1ª alteração ocorreu em 22/12/2000 e foi publicada no diário da República nº 294, 2ª série – Declaração nº 405/2000;

- A 2ª alteração ocorreu a 18 de Setembro de 2009 e foi publicada no aviso nº 16337/2009, no DR 2ª Série-nº 182.

PDM – Plano Diretor Municipal	
Âmbito e aplicação	• O PDM de Santa Maria da Feira abrange a totalidade do território do município e tem a natureza de regulamento administrativo; • O regulamento e a planta de zonamento que dele faz parte integrante estabelecem as regras e orientações a que deverá obedecer a ocupação, uso e transformação do solo na área abrangida pelo PDM.
Medidas (diminuição do risco)	• Artigo 37º, O uso, ocupação e transformação do solo nestas áreas deverá observar o disposto na legislação aplicável em vigor, nomeadamente no Decreto-Lei nº 46 847, de 27 de Janeiro, e nos Decretos Regulamentares nº 14/77, de Fevereiro, e 85/84, de 31 de Outubro; • Artigo 39º, Não é permitido a realização de quaisquer obras no solo e subsolo concelhio suscetível de interferir com o traçado de rede de transporte de gás natural e da sua faixa de proteção, conforme estão definidas na carta de condicionantes, devendo observar-se o disposto na legislação aplicável e em vigor.
Cartografia de Risco	• Carta da Reserva Ecológica Nacional Bruta (informação técnica relativa para a caracterização das zonas ameaçadas pelas cheias e as áreas com risco de erosão).

Tabela 8 - Objetivos, medidas e cartografia de risco do PDM.

6.4.2. PU – Planos de Urbanização

Designa-se por Plano de Urbanização (PU) um tipo de plano municipal de ordenamento do território (PMOT), que pode abranger:

Qualquer área do município incluída em perímetro urbano e ainda solo urbano complementar de um ou mais perímetros urbanos;

Outras áreas do território municipal que, de acordo com os objetivos e prioridades estabelecidas no PDM, possam ser destinadas a usos e funções urbanas.

O plano de urbanização concretiza, para uma determinada área do território municipal, a política de ordenamento do território e de urbanismo, fornecendo o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas e definindo a estrutura urbana, o regime de uso do solo e os critérios de transformação do território.

in Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)

PU – Planos de Urbanização	
Objetivos	• Definir o zonamento das funções urbanas; • Delimitar categorias de espaços em função do uso estabelecido no PDM; • Identificar as áreas a recuperar ou a reconverter; • Fixar os índices e parâmetros urbanísticos;

PU – Planos de Urbanização	
	• Traçar a estrutura da rede viária e das infraestruturas principais; • Estabelecer subunidades operativas de planeamento e gestão, que servirão de base ao desenvolvimento de Planos de Pormenor.
Cartografia de Risco	• As Plantas de Condicionantes, embora não diretamente, concorrem para a diminuição da vulnerabilidade das zonas a que o plano em causa diz respeito.

Tabela 9 – Objetivos dos Planos de Urbanização

De referir que no município de Santa Maria da Feira, existem 2 planos de urbanização:

- Plano de Urbanização – Picalhos
- Plano de Urbanização da Área Central de Lourosa

Dentro de um quadro que respeita ao ordenamento do território, nomeadamente o ordenamento urbano, os Planos de Urbanização revestem-se de cariz preventivo, tais como os Planos Pormenor, no que toca á diminuição da vulnerabilidade, complementando assim as políticas de Proteção Civil.

7. Ativação do Plano

7.1. Competência para a ativação do Plano

Nos termos do nº2 do artigo 40, concatenado com o nº2 do artigo 38, da Lei de Bases da Proteção Civil (Lei nº27/2006, de 3 de Julho), e tal como disposto no nº3 do artigo 3º da Lei nº65/2007, de 12 de Novembro, compete à Comissão Municipal de Proteção Civil do Município de Santa Maria da Feira a ativação do PMEPCSMF.

A ativação do PMEPCSMF pode ser, dependendo da urgência da situação, deliberada com a presença do diretor do plano ou pelo seu substituto, o Comandante Operacional Municipal, um elemento de comando dos Bombeiros da sua área de atuação e um Elemento da autoridade, no entanto, deverá logo que possível, ser ratificada *a posteriori* pelo plenário da CMPC.

A publicitação da ativação do PMEPCSMF será levada a cabo, atendendo à extensão territorial da emergência e da sua gravidade. Nesse sentido os meios a utilizar serão:

Meios de Publicitação da ativação do Plano		
Órgãos de Comunicação	Órgãos de Comunicação Social, do âmbito territorial considerado mais apropriado.	Exemplos: Rádio Clube da Feira Rádio Águia Azul: Correio da Feira

Meios de Publicitação da ativação do Plano		
Social		Jornal Terras da Feira Jornal 7Sete Online Jornal Alto Verbo; Outros de âmbito territorial superior considerados pertinentes.
Sítio da internet	Página de Internet da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira	https://www.cm-feira.pt
Editais	Editais afixados em locais próprios para o efeito	Sede do Município; Juntas de Freguesia; Demais locais públicos.
Sirenes e Megafones	Publicitação através de Sirenes e Megafones em viaturas designadas pelo diretor do plano.	Exemplos: Viaturas dos Bombeiros; Viaturas da Guarda Nacional Republicana; Viaturas da Policia de Segurança Pública.

Tabela 10 – Meios de Publicitação da ativação do Plano

A ativação do Plano deverá ser comunicada ao CDOS de Aveiro.

A desmobilização operacional dos agentes de Proteção Civil envolvidos nas operações dependerá essencialmente do entendimento do Comandante das Operações de Socorro, no entanto, deverá partir de um entendimento entre este, o Diretor do Plano, o Comandante Operacional Municipal e o Serviço Municipal de Proteção Civil de Santa Maria da Feira, bem como, a desativação do PMEPCSMF. A publicitação da sua desativação será efetuada da mesma forma que a sua ativação.

7.2. Critérios para a ativação do Plano

Os critérios para a ativação dos Planos de Emergência têm em conta a natureza das emergências, em que delas resultem acidentes graves ou catástrofes; contudo, a sua gravidade e a extensão dos seus efeitos previsíveis, bem como os resultados da sua mitigação que resultem da sua ativação, deverão ser tomados em conta. Os pressupostos utilizados para a ativação do PMEPCSMF constituem uma base de critérios coerentes e perfeitamente adaptados à realidade do município, assistindo assim, o processo de tomada de decisão da ativação / desativação do plano, contudo, a ativação será sempre levada a cabo, em função da decisão da Comissão Municipal de Proteção Civil.

Os critérios a serem tomados em conta serão:

- Em primeira instância, este deverá ser **ativado** sempre que se declare a **situação de alerta** ao nível da parcela territorial do município a que o plano diz respeito, concorrendo para o cumprimento do estabelecido no ponto 1 do artigo 15º da Lei nº27/2006, de 3 de Julho;

- Deverá ser também **ativado** sempre que se declare a situação de **contingência**, tal como o disposto no ponto 2 do artigo 18º da mesma Lei nº27/2006, e sempre que essa declaração de contingência se deva aos acontecimentos relativos às áreas abrangidas pelo plano;

- Será também **ativado** ou **não,** consoante o grau de risco existente, contemplado pela declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 97/2007, de 16 de Maio. O resultado do grau de risco é obtido através da matriz de risco, onde são interpolados os respetivos graus de gravidade e de probabilidade..

O grau de gravidade é tipificado pela escala de intensidade das consequências negativas das ocorrências. O grau de probabilidade é tipificado na seguinte tabela de probabilidade/frequência de consequências negativas da ocorrência.

A relação entre a gravidade das consequências negativas e a probabilidade de ocorrências reflete, na generalidade, o grau de risco, sendo o plano passível de ser ativado através dos seguintes pressupostos:

Matriz de Risco				
PROBABILIDADE / FREQUÊNCIA		GRAVIDADE / INTENSIDADE		
		MODERADA	ACENTUADA	CRITICA
		Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos. Alguma disrupção na comunidade (menos de 24 horas). Pequeno impacto no ambiente, sem efeitos duradoiros. Alguma perda financeira.	Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos. Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Alguns impactos na comunidade com efeitos a longo prazo. Perda financeira significativa e assistência financeira necessária.	Situação crítica. Grande número de feridos e de hospitalizações. Retirada em grande escala de pessoas por uma longa duração. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário. A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo. Impacto ambiental significativo e/ou danos permanentes.
CONFIRMADA	Ocorrência real verificada.	ELEVADO - Ativação	EXTREMO - Ativação	EXTREMO - Ativação
ELEVADA	É expectável que ocorra em quase todas as circunstâncias; e/ou nível elevado de incidentes registados; e/ou fortes evidências; e/ou forte probabilidade de ocorrência do evento; e/ou fortes razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez por ano ou mais.	ELEVADO - Ativação	EXTREMO - Ativação	EXTREMO - Ativação
MÉDIA - ALTA	Irá provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias; e/ou registos regulares de incidentes e razões fortes para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada 5 anos.	MODERADO - Convocação prévia da Comissão Municipal de Proteção Civil e decisão perante reunião da mesma.	ELEVADO - Ativação	ELEVADO - Ativação
MÉDIA	Não é provável que ocorra; Não há registos ou razões que levem a estimar que ocorram; pode ocorrer uma vez em cada 100 anos.	BAIXO – Não ativação	MODERADO – Não ativação	MODERADO – Não ativação

Tabela 11 – Matriz de Risco – Critérios para a Ativação do Plano

São também critérios para ativação do plano:

- a) Incêndio florestal cuja área exceda os 2000 ha e/ou decorra mais de 72h seguidas sem que tenha passado à fase de rescaldo;
- b) Por outro lado, ativa-se o PMEPCSMF sempre que exista um acidente com substâncias perigosas nas indústrias consideradas "PERIGOSAS" e cumulativamente seja ativado o Plano de Emergência Interno e, quando a empresa declarar "Acidente na fase de Emergência Total;
- b) Iminência ou ocorrência de outros fenómenos, que não os mencionados anteriormente e que sejam suscetíveis de fomentar a ativação do plano;

8. Programa de Exercícios

O plano de emergência deve ser regularmente treinado através de exercícios em que se simulem situações de emergência a diferentes níveis. Com o planeamento e realização destes treinos poderá, por um lado, testar-se o plano em vigor, adaptando-o e atualizando-o se for caso disso, e por outro lado, rotinar os procedimentos a adotar em situação real de emergência.

Tipologia de Risco	Data	Entidades a Envolver	Tipo de exercício (CPX[1]; LivEx[2])
Sismos	1ºsemestre de 2013	CDOS; SMPC; Bombeiros; Cruz Vermelha; Serviços de saúde (Autoridade de Saúde); Hospital S. Sebastião; Centro de Saúde de Santa Maria da Feira; INEM; PSP; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal; Presidentes das Juntas de Freguesia; Instituto de Segurança Social.	CPX
Cheias e Inundações	2ºsemestre de 2013	CDOS; SMPC; Bombeiros; Serviços de saúde (Autoridade de Saúde); Hospital S. Sebastião; Centro de Saúde de Santa Maria da Feira; INEM; PSP; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal; Presidentes das Juntas de Freguesia; Instituto de Segurança Social; ICNF.	LivEx
Acidentes em áreas e parques industriais	1ºsemestre de 2014	CDOS; SMPC; Bombeiros; Cruz Vermelha; Serviços de saúde (Autoridade de Saúde); Hospital S. Sebastião; Centro de Saúde de Santa Maria da Feira; INEM; PSP; GNR; EDP; REN; Presidentes das Juntas de Freguesia; Instituto de Segurança Social.	CPX
Incêndios Florestais	2ºsemestre de 2014	CDOS; SMPC; Bombeiros; GNR; Presidentes das Juntas de Freguesia; Instituto de Segurança Social; ICNF; Sapadores Florestais.	LivEx

Tabela 12 – Calendarização de Exercícios

1 Comand Post Exercise – entende-se aquele que se realiza em contexto de sala de operações e tem como objetivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

2 Entende-se um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios e equipamentos, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais de execução das entidades envolvidas.